

SOBRE A SUSTENTAÇÃO SINTÁTICA DA ENUNCIÇÃO PROVERBIAL

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda*

Considerações iniciais

Aspectos semântico-discursivos que caracterizam os provérbios têm sido abordados por alguns autores¹ que, em princípio, se dedicam a tal empreendimento com o propósito de delimitar a singularidade da categoria que denominamos provérbio, ou seja, autores que procuram reconhecer os limites da originalidade semiótica (KLEIBER, 2000) dessa categoria. De nossa parte, uma vez que situamos o nosso estudo no quadro de uma sintaxe de bases enunciativas, i.e., uma vez que o nosso interesse incide sobre a interface entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua (DIAS, 2002), buscamos analisar como esses aspectos, que nomeamos de semântico-discursivos, se imprimem na organização sintática das sentenças que alocamos na categoria de sentenças proverbiais. Não é o

*Bolsista do CNPq e mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

¹ Cf. Kleiber (2000), Perrin (2000) e Schapira (2000), dentre outros trabalhos.

nosso foco, embora reconheçamos a relevância de estudos desta natureza, identificar os diversos domínios de sentido a que serve de suporte, por exemplo, o provérbio “Quem planta colhe” em suas variações como “Quem planta boas sementes, colhe bons frutos”, “Quem planta fidelidade, colhe honra e autoridade” ou “Plantou vento, colheu Dirceu”.² Pouco nos importa reconhecer se essas sentenças servem a um domínio religioso ou político, quais são os estereótipos veiculados pelos provérbios ou em que filiações discursivas se ancoram nas suas diversas enunciações; interessamos saber o que em sua configuração faz com que elas sejam peças argumentativas, não os argumentos em si.

Em suma, comprometemo-nos com a identificação das regularidades sintáticas que estão na construção desse sentido de caráter estereotípico ou, dito de outra forma, procuramos reconhecer como as injunções simbólicas que estão na constituição de um sentido proverbial se distribuem na materialidade dos provérbios.

Comparando os lugares sintáticos de sujeito e de objeto: o critério da referência

Em um trabalho anterior (LACERDA, 2007) verificamos se alguns dos traços semânticos que constituiriam a identidade dos provérbios, apresentados, sobretudo, em Kleiber (2000), estariam impressos no lugar de sujeito gramatical das sentenças proverbiais. A partir dessa investigação, procuramos delinear uma identidade enunciativa para esse lugar sintático. No presente artigo, retomaremos as idéias centrais apresentadas no estudo que iniciamos no texto de 2007 e, a partir dele, desenvolveremos uma reflexão centrada desta vez no lugar de objeto também de sentenças proverbiais. Ou seja, verificaremos aqui como os traços semânticos que caracterizam os provérbios se inscrevem no lugar de objeto procurando entrever, também, a identidade enunciativa desse lugar sintático.

Ao estabelecermos essa continuidade, temos como objetivo vislumbrar, por fim, um contraste enunciativo entre os lugares de sujeito e de

² Esses exemplos foram apresentados por Dias (2006, p.50).

objeto. O estabelecimento desse contraste, i.e., o lugar de sujeito e o lugar de objeto servirem mutuamente como parâmetro de diferença para o reconhecimento da identidade de cada um deles, justifica-se por dois fatores que estão em relação de estreita interdependência. Primeiramente, a relevância que conferimos à delimitação da particularidade enunciativa de cada um desses lugares é motivada pelo fato de esses lugares sintáticos apresentam notórias afinidades formais, estando, ambos, associados à categoria dos grupos nominais (MILNER, 1989), pois têm a sua ocupação realizada por elementos que, ao menos em função da articulação sintática, ganham aspectos nominais. Em segundo lugar, a justificativa para que tal diferença seja de fato delimitável, além da evidência de se tratar de lugares sintáticos diversos, é a restrição que diz respeito às expressões indefinidas “Quem” (genérico) ou “Aquele que”, suportes para a construção de um perfil de referência, pois essas expressões apenas são passíveis de ocupar o lugar de objeto. Antes de ilustrarmos essa restrição, julgamos importante esclarecer que reajustamos a noção de associação categorial proposta por Milner (1989). Aqui relacionamos essa noção não apenas à categoria – nominal – a que pertence o elemento ocupante do lugar sintático, mas primordialmente à perspectiva pela qual esse elemento constitui referência. A aplicação dessa perspectiva nos permitiu verificar que tanto o lugar de sujeito quanto o lugar de objeto são passíveis de serem ocupados por quaisquer elementos que constituam referências situados em uma escala cujos extremos são os graus máximos da definição, de um lado, e da indeterminação (vagueza), de outro.

Quando verificamos, porém, a constituição de um perfil de referência, materializado pelas expressões “Quem” ou “Aquele que” e “O que”, tal como elas figuram na sentença “Guaraná Antártica – **Quem é o que** é sabe **o que** quer”, por exemplo, podemos perceber que elas têm a sua possibilidade de ocupação restrita ao lugar de sujeito gramatical. Atestamos essa restrição considerando a não-aceitabilidade das sentenças abaixo, em que o lugar de objeto é que se apresenta ocupado por uma das expressões que projetam um perfil.

(1) (?) Ninguém ama **o que**.

(2) (?) Deus conhece **aqueles que**.

Ainda que as expressões “Quem” ou “Aquele que” e “o que” ocupem o lugar de objeto, elas devem compor um sintagma oracional e, no escopo deste último, necessariamente também ocupam o lugar de sujeito, como podemos observar na sentença mencionada logo acima e retomada em (3).

(3) “Guaraná Antártica – **Quem é o que** é sabe **o que** quer.”

As duas ocorrências de “o que”, nesse exemplo, aparecem constituindo um sintagma oracional ocupando o lugar de objeto; contudo, na estruturação interna desses sintagmas, a referida expressão é ocupante do lugar de sujeito.

Dessa forma, revelam-se os dois critérios que motivaram a restrição da nossa análise ao escopo de sentenças proverbiais. O primeiro deles, evidente, é o fato de as expressões “quem”, “aquele que” ou “O que”, manifestantes de certa discrepância entre os lugares de sujeito e de objeto, serem típicas de sentenças proverbiais pela sua própria natureza referencial. O segundo, fundamental, é o próprio fato de as sentenças proverbiais formarem uma categoria reunida por um critério referencial, ou seja, as sentenças reunidas sob o título de sentenças proverbiais guardarem relações de semelhança entre si e serem pertinentes a uma mesma categoria por constituírem um tipo de referência particular, a saber, um perfil de referência.

Conferirmos à questão da referência, portanto, uma centralidade em nosso trabalho, tomando-a como eixo principal de acesso à enunciação. Privilegiá-la como critério de classificação dos elementos ocupantes dos lugares de sujeito e de objeto se justifica, pois, como foi dito anteriormente, trabalharmos na interface entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua e, “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma relação com o mundo. A condição dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir [...] A referência é parte integrante do discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Uma sintaxe de bases enunciativas

Devemos ainda, antes de apresentarmos uma breve análise, caracterizar a perspectiva teórico-metodológica da qual nos valem neste trabalho. Admitimos que, enquanto frase na língua, a sentença é uma possibilidade estrutural de um enunciado, que é a frase considerada nas condições em que é dita (GUIMARÃES, 2006). E, no escopo de uma sintaxe de bases enunciativas, somos direcionados pelo princípio de que a enunciação está na sentença, e não apenas no enunciado.

Estamos aqui vislumbrando o fato sintático na relação com uma exterioridade que lhe é constitutiva (DIAS, 2004). Para que possamos apresentar com mais clareza a nossa perspectiva teórica, esclarecendo inclusive o aparente contra-senso da expressão “exterioridade constitutiva”, julgamos produtivo explicitar a maneira como lidamos com as sentenças que nos servem de exemplo.

Nossos exemplos são amostras de ocorrências de provérbios consagrados na língua, como “Quem avisa amigo é!” e “Só aquele que puder zelar pelo bem dos outros merecerá seu próprio bem.”, e de sentenças do tipo “Hemominas – Quem doa sangue doa vida”³ e “Chato é aquele que suja a praia”⁴, em cuja configuração reconhecemos a produtividade de um modo de enunciação proverbial. Tomando os provérbios e essas sentenças genéricas como base, procuraremos explicar, em sentido amplo, a construção sintática do que estamos chamando de genericidade proverbial.

Nossa investigação não está centrada na singularidade das ocorrências de um corpus, i.e., não propomos um estudo de caso arraigado ao discurso efetivo em que figuram as sentenças que nos servem de exemplo. Assim, podemos submeter os nossos exemplos efetivamente enunciados a manipulações e testes de aceitabilidade e paráfrase (OLANDI, GUIMARÃES e TARALLO, 1989), construindo grupos de exemplos denominados por Dias (2006) de exemplos-colméia.

³ Slogan publicitário da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais.

⁴ Sentença encontrada em espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro.

As sentenças que constituem o nosso corpus são ilustrativas da ocupação do lugar de sujeito pelas expressões pronominais “Quem” e “Aquele que” e apresentam-se inscritas no modo de enunciação proverbial. Na condição de exemplos-colméia, sentenças como “Guaraná Antártica – Quem é o que é sabe o que quer”⁵ não só guardam relação com outras sentenças cuja construção se vale da estrutura *Quem/Aquele que* *x y*, ou seja, com provérbios e outras sentenças que efetivamente atualizam o modo de enunciação proverbial, mas também guardam relação com uma rede de exemplos que poderiam ser “elaborados para um fim específico de demonstração”. Justamente porque não nos propomos a fazer um estudo de caso, como já dissemos, também não nos preocupamos com uma certa “singularização’ dos exemplos” (DIAS, 2006) e, assim, podemos fabricar exemplos a partir dos que foram encontrados no uso efetivo da língua construindo uma “colméia”, i.e., um conjunto de sentenças que mantêm relação entre si e servem para ilustrar contrastes e fundamentar ou suscitar hipóteses. Ao adotarmos uma postura favorável diante da possibilidade do pesquisador de construir parte de seus dados, demarcamos precisamente o estatuto do que estamos chamando de “exterioridade”.

Há perspectivas cujos exemplos de análise devem se restringir a enunciados efetivos, pois procuram compreender em que medida fatores de ordem pragmática, cognitiva ou social, i.e., certos fatores que circundam o uso da língua, atuam na configuração da gramática. Essas concepções postulam uma relação de interdependência entre as particularidades das instâncias discursivas e a configuração da gramática, concebendo a exterioridade como relacionada à efetividade do uso, associando-a de forma estrita à pragmática. Por outro lado, para uma sintaxe de bases enunciativas, a exterioridade, enunciativa e constitutiva, possui uma natureza histórica que constitui a enunciabilidade dos lugares sintáticos que compõem as sentenças.

⁵ Slogan utilizado em uma propaganda de refrigerante.

Os lugares de sujeito e de objeto: a organicidade do modo de enunciação proverbial

Retomemos brevemente alguns pontos que desenvolvemos em Lacerda (2007) acerca dos traços semântico-enunciativos que se imprimem no lugar de sujeito gramatical de sentenças proverbiais. Vale lembrar que investigamos primordialmente a ocupação desse lugar sintático pelas expressões pronominais sem precedente “Quem” e “Aquele que”, como ocorre em “Quem/Aquele que faz merece o que constrói”. Realizamos o trabalho nessa direção porque, sendo essas expressões passíveis de ocupar apenas o lugar de sujeito, como demonstramos acima, acreditamos que a sua ocupação poderia apresentar com maior evidência as especificidades enunciativas do lugar sintático então focalizado. Além disso, as expressões “Quem” e “Aquele que” descrevem por si mesmas uma referência genérica, o que justificaria a sua tipicidade em sentenças proverbiais.

Kleiber (2000, p. 58), propondo-se a delimitar um sentido próprio aos provérbios, reconhece-os enquanto denominações-frase de natureza genérica.⁶ Vislumbremos então essa característica denominativa na sentença abaixo.

(4) Quem/Aquele que semeia vento colhe tempestade.

A sentença em (4) apresenta uma situação em sua completude, apontando o seu movimento inicial, “semear vento”, e o seu desfecho, “colher tempestade”, uma consequência do movimento inicial. Contudo, essa sentença não apresenta uma situação particular; antes, ela descreve uma categoria de situação à qual várias ocorrências particulares podem ser pertinentes. Ou seja, assim como a palavra “cadeira” serve para designar vários objetos específicos que pertençam à categoria das “cadeiras”, a sentença “Quem semeia vento colhe tempestade” designa diversas situações específicas de mesma natureza, que pertençam a essa categoria de

⁶ Parafraseamos aqui um tópico de resumo que Kleiber coloca na seção conclusiva de seu texto. A tradução é de nossa inteira responsabilidade.

situação – iniciada por uma ação e finalizada pelo efeito conseqüente dessa ação. Nesse sentido, podemos dizer que as sentenças proverbiais configuram um índice referencial. Em contraste com a sentença “Pedro semeia e colhe os grãos de feijão”, que produz uma referência específica, a sentença em (4) produz um perfil de referência no qual diversos eventos específicos podem se enquadrar. Portanto, a sentença proverbial produz um índice, pois está aberta para absorver os referentes de outras re-enunciações, e produz uma genericidade, já que lança esses referentes em um perfil, i.e., não os singulariza.

O elemento “Quem” exerce um papel definitivo para a configuração do índice de referência apresentado no provérbio, bem como para a construção da genericidade da sentença. Comparemos a sentença (4) com as sentenças abaixo, observando os elementos em destaque, ocupantes do lugar de sujeito gramatical.

(5) **Águas passadas** não movem moinhos.

(6) **O governante** que semeia vento colhe tempestade.

(7) **José** semeia vento e colhe tempestade.

Se a expressão “Quem” representa uma moldura referencial, cujos limites são estabelecidos exclusivamente pelo predicado, no caso “plantar vento”, a expressão “Águas passadas” consiste em uma referência paramétrica, i.e., os limites do índice de referência produzido pela sentença não mais são estabelecidos apenas pelo predicado, uma vez que esse elemento ocupante do lugar de sujeito constitui em si um parâmetro de referência que, antes de sua articulação com o predicado, já delimita os referentes que nele podem se enquadrar. A expressão “O governante”, por sua vez, restringe ainda um pouco mais a amplitude referencial, instalando na sentença não uma moldura ou um parâmetro, mas uma tipificação.

Já na substituição do elemento ocupante do lugar de sujeito por “José”, encontramos uma sentença que descreve uma situação relativa a José e, em princípio, somente a ele. Ainda que o predicado “semeia vento e colhe tempestade” não tenha perdido o seu caráter de índice referencial, ele já está aplicado a ações realizadas e conseqüências sofridas por um

referente específico, designado por “José”. Ou seja, a sentença “José semeia vento e colhe tempestade”, como um todo, não descreve um índice de referência delimitado por um perfil como o faz a sentença “Quem semeia vento colhe tempestade”, nem mesmo um índice configurado como parâmetro ou um índice configurado como tipificação; antes, em (7) temos a constituição de uma referência que tende à especificação. Enfim, ao considerarmos os elementos ocupantes dos lugares de sujeito das sentenças (4) a (6), que constituem categorias indexicais diversas, bem como o sujeito da sentença (7), observando o efeito que essas ocupações diversas trazem para as sentenças como um todo, podemos afirmar que tais sentenças estão em escala decrescente no que diz respeito à abrangência referencial.

Assim, sentenças proverbiais constituírem índices de referência – sejam configurados como moldura, parâmetro ou tipificação – é um aspecto componente da natureza genérica dessas sentenças. E a configuração dessa genericidade também está marcada na ocupação do lugar de sujeito gramatical; atestamos isso observando que a estrutura proverbial perde a sua natureza na medida em que o elemento ocupante do lugar de sujeito e, por conseguinte, a sentença como um todo, descreve um escopo de referência mais restrito. Por isso, a sentença (7) não pode, de forma alguma, ser considerada um provérbio.

Um outro aspecto que se articula à indicialidade referencial descrita nas sentenças proverbiais e à natureza genérica inerente a essas sentenças diz respeito ao seu caráter onitemporal. Travaglia (1993, p.52) afirma que “o presente do indicativo [...] pode exprimir tempo presente, futuro ou onitemporalidade”. Dessa forma, considerando mais uma vez as sentenças (4) “Quem/Aquele que semeia vento colhe tempestade”, (5) “Águas passadas não movem moinhos” e (6) “O governante que semeia vento colhe tempestade”, reconhecemos nelas o traço da onitemporalidade. Porém, se na sentença (4), esse traço, além de estar marcado no tempo verbal, apresenta-se impresso também nas expressões “Quem” ou “Aquele que”; nas sentenças (5) e (6), os elementos ocupantes dos seus respectivos lugares de sujeito não guardam em si a marca de onitemporalidade. Diversamente das expressões “Quem” ou “Aquele que”, que já trazem no seu sentido o aspecto da onitemporalidade, as expressões “O governante” e “Águas passadas”, nas sentenças (5) e (6), só ganham esse traço ao

se articularem com os seus predicados, ou seja, elas apenas absorvem o traço de onitemporalidade ao entrarem na articulação sintática de uma sentença proverbial.

Em suma, tomando os componentes indicialidade, genericidade e onitemporalidade, que configuram a natureza enunciativa das sentenças proverbiais, podemos observar que as suas nuances se apresentam marcadas no âmbito do lugar de sujeito.

Doravante consideremos a sentença (4) novamente e outras duas abaixo para que possamos investigar em que medida esses componentes estão impressos também no lugar de objeto.

(4) Quem semeia **vento** colhe **tempestade**.

(8) Aqui se faz-, aqui se paga.

(9) Hemominas – Quem doa **sangue** doa **vida**.

Observando a ocupação do lugar de objeto das sentenças acima, podemos verificar que o traço da genericidade apresenta-se marcado tanto nos objetos em destaque da sentença (4) quanto nos da sentença (8). A diferença reside no fato de a primeira ter os seus lugares de objeto ocupados pelos elementos “vento” e “tempestade”, que constituem um espaço de referência recortado nos próprios limites desse lugar sintático; enquanto a segunda apresenta em seus lugares de objeto um vazio cuja significação se prende ao percurso enunciativo que os verbos “fazer” e “pagar” carregam, constituindo, assim, nos domínios do lugar de objeto, uma referência ainda mais ampla do que a sentença anterior. Por outro lado, a ocupação do lugar de objeto da sentença em (9) se dá por elementos que constituem um escopo de referência restrito, i.e., “sangue” e “vida” estabelecem uma referência pontual. Isso não quer dizer, como podemos perceber, que a sentença em (9) como um todo não constitua uma referência genérica.

Extremamente associada à condição genérica ou restrita de seus elementos ocupantes, a indicialidade no domínio dos lugares de objeto pode ser reconhecida tanto na sentença (4) quanto na (8). Contudo, os objetos em (4) e em (8) apresentam configurações indexicais diferentes,

como podemos antever pela reflexão acima desenvolvida ao tratarmos o lugar de sujeito. Em (4) temos um índice paramétrico delimitado pelas expressões “vento” e “tempestade”, ao passo que em (8) esse lugar sintático apresenta um vazio sobre o qual recai a memória enunciativa dos verbos “fazer” e “pagar”, memória essa cuja delimitação está sendo efetuada na sentença em questão apenas pela relação mesma que se estabelece entre os verbos “fazer” e “pagar”, ou seja, o índice referencial construído nos lugares de objeto da sentença (8) é delimitado pela própria articulação sintática – o pagamento realizado está em função do que é feito.

A sentença em (9), diferentemente, não apresenta indicialidade referencial no domínio dos lugares de objeto. Se as expressões “vento” e “tempestade”, ocupantes dos lugares de objeto em (4), configuram índices em que diversos referentes sugeridos por tais expressões podem adentrar, as expressões “sangue” e “vida”, em tese, não se abrem a outros referentes possíveis além deles mesmos.

Quanto ao aspecto da onitemporalidade, podemos verificar que, tal como ocorre com os elementos ocupantes do lugar de sujeito, com exceção das expressões “Quem” ou “Aquele que”, os elementos ocupantes do lugar de objeto também absorvem esse aspecto somente enquanto integrantes da articulação sintática de uma sentença proverbial. Ou seja, nem mesmo a não-ocupação desse lugar sintático, que suporia amplitude referencial, traz em si o traço da onitemporalidade. Para constatar isso, basta observarmos, por exemplo, a sentença “Pedro planta e colhe”, que descreve uma habitualidade, e não uma onitemporalidade, a despeito do vazio nos lugares de objeto.

Uma vez verificados os traços característicos das sentenças proverbiais no escopo dos lugares de sujeito e de objeto, podemos fazer, então, um balanço. Diríamos que o lugar de sujeito é determinante para o estabelecimento do modo de enunciação da sentença, pois, ao realizarmos algumas modificações na ocupação desse lugar sintático a fim de verificarmos a genericidade e a indicialidade, podemos ver que tais aspectos, se alterados no escopo do lugar de sujeito, são alterados no nível da sentença como um todo. Ou seja, ao substituímos um elemento que estabelece uma moldura referencial, como as expressões “Quem” ou

“Aquele que”, por um elemento que estabelece uma referência específica, por um nome próprio, passamos a sentença como um todo de um modo de enunciação proverbial para um modo de enunciação mais especificador. Ou ainda, se alteramos a ocupação do lugar de sujeito de “Quem” ou “Aquele que” para “Águas passadas” ou “O governante”, ainda que não se esvaia o caráter proverbial da sentença, esse caráter ganha outros contornos, deixando de perfazer uma moldura para configurar-se enquanto índice paramétrico ou tipificação.

De outra forma, se tomamos o lugar de objeto e intercambiamos a sua ocupação entre o vazio, um elemento que constitui um parâmetro de referência ou um elemento que constitui uma referência pontual, não alteramos, por isso, o modo de enunciação proverbial em que se configura a sentença. Porém, vale dizer que, embora essas substituições no escopo do lugar de objeto não alterem o modo de enunciação proverbial da sentença que resultaria dessas modificações, o estatuto de provérbio a que ela poderia aspirar mostra-se comprometido. Explicitando melhor, sentenças cujo lugar de objeto é ocupado por um vazio – “Aqui se faz, aqui se paga” – ou por uma referência paramétrica – “Quem semeia vento colhe tempestade”, são passíveis de serem consideradas de fato como provérbios, pois a indicialidade descrita pelo elemento ocupante do lugar de objeto favorece o caráter denominativo dessas sentenças, ou seja, não impede que essas sentenças denominem um espectro relativamente extenso de situações. Por outro lado, sentenças como “Quem doa **sangue** doa **vida**”, “Quem compara assina **NET COMBO**”⁷ ou “Quem tem **Guiatel** não precisa de outras listas”⁸, cujos elementos (em destaque) ocupantes dos lugares de objeto descrevem uma referência pontual, em certa medida não sustentam uma natureza denominativa, i.e., não alcançam uma gama de ocorrências considerável porque os elementos “sangue” e “vida”, “NET COMBO” ou “Guiatel” não absorvem diversos referentes possíveis. Mas, então, por que considerarmos que esses slogans, cujos elementos ocupantes do lugar de objeto perfazem uma referência restrita, estão configurados em um modo de enunciação proverbial?

As sentenças proverbiais, como demonstramos, não se propõem a descrever eventos particulares do mundo, apenas produzem um espaço

em que várias situações podem entrar. O que queremos dizer é que, diferentemente dos índices que são saturados pelo “eu-aqui- agora” da enunciação, sentenças dessa natureza apenas fazem sentido enquanto se guardam como índices indeterminados. Se, em tese, a referência do “eu” é saturada pela figura do locutor, a do “aqui” está no espaço em que se fala e a do “agora” encontra-se no momento em que se fala, a referência da sentença proverbial constitui-se da própria genericidade que ela circunscreve. E, dentro desse quadro, ainda encontramos pertinência para os slogans mencionados acima, pois o que os diferencia dos provérbios consagrados é tão somente o fato de estes últimos produzirem um perfil que já se encontra, em certa medida, sedimentado pelo dito popular.

Além de possuírem os traços da genericidade, da onitemporalidade e da indicialidade, um outro aspecto também contribui para que consideremos esses slogans sob o título da enunciação proverbial. Eles compartilham com os provérbios a base de uma estrutura implicativa (KLEIBER, 2000), ou seja, o seu sentido, assim como o dos provérbios consagrados, não pode se reduzir à atribuição de um predicado a uma classe indistinta.⁹ Antes, os provérbios consagrados e as demais sentenças proverbiais aplicam-se a uma determinada classe segundo as circunstâncias em que ela se encontra. Nesse sentido, considerando mais uma vez o provérbio “Quem semeia vento colhe tempestade”, podemos dizer que não é em qualquer circunstância que um homem “colhe tempestade”, mas somente na medida em que ele “semeia vento”. Da mesma forma, considerando a sentença “Quem faz merece o que constrói”, podemos dizer que não é qualquer membro da classe dos homens que “merece o que constrói”, mas apenas aqueles que algo fazem; ou ainda tendo em vista a sentença “Quem tem Guiatel não precisa de outras listas”, diríamos que não são todos que dispensam “outras listas”, mas apenas aqueles que são providos de “Guiatel”.

⁷ Slogan utilizado em uma propaganda de um provedor de internet e televisão a cabo.

⁸ Slogan publicitário encontrado na lista telefônica distribuída gratuitamente na cidade de Belo Horizonte.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos esboçar alguns primeiros movimentos no sentido de reconhecer um contraste enunciativo entre os lugares de sujeito e de objeto, verificando o que poderíamos chamar de constituição orgânica do modo de enunciação proverbial. Acreditamos que essas primeiras reflexões nos permitem considerar com mais segurança a hipótese de que é no lugar de sujeito que se ancoram as nuances que determinam a configuração enunciativa da sentença, i.e., é o elemento ocupante do lugar de sujeito que exerce uma função preponderante na delimitação do aspecto de moldura, parâmetro ou tipificação descrito pela sentença proverbial; ao passo que o lugar de objeto, embora influente no estatuto de provérbio angariado pela sentença de modo de enunciação proverbial, parece estar mais comprometido com a proposição da sentença proverbial, ou seja, com o nicho que está sendo submetido à construção de uma genericidade.

Em outras palavras, verificamos que, diferentemente do lugar de sujeito, cujas variações de configuração mostraram-se incidentes na configuração enunciativa da sentença proverbial como um todo, o lugar de objeto, por sua vez, guarda um compromisso mais expressivo com a proposição temática veiculada pela sentença. Enfim, há possibilidade de encontrarmos sentenças em modo de enunciação proverbial e, portanto, de caráter genérico, indexical e onitemporal, cujo lugar de objeto esteja ocupado por um sintagma que produz referência pontual, como nos atesta o slogan “Quem compara assina NET COMBO”, já apresentado acima, que está configurado em um modo de enunciação proverbial a despeito de a ocupação do lugar de objeto projetado pelo verbo “assinar” ser realizada pela expressão “NET COMBO”, que produz uma referência pontual. Porém, se tomarmos como exemplo a sentença “Quem faz merece o que constrói” e substituirmos o pronome “Quem”, no lugar de sujeito, por um sintagma que perfaz uma referência pontual, teremos “Pe-

⁹ Ao fazer esta afirmação, Kleiber estava considerando que, dentre os traços semânticos dos provérbios, está a necessidade de dizerem respeito aos homens, concepção a que não conferimos relevância no presente trabalho.

dro faz e merece o que constrói”. Podemos perceber, nesse caso, que modificamos a configuração enunciativa da sentença, ou seja, há uma reconfiguração do modo de enunciação da sentença, que, certamente, perde o seu caráter proverbial. Assim, podemos afirmar que, apesar de apresentarem afinidades semânticas, pois ambos são lugares de configuração de referência (DIAS, 2006), e afinidades formais, sendo também ambos ocupados por elementos pertinentes à categoria dos grupos nominais (BECHARA, 2001), as configurações dos lugares de sujeito e de objeto incidem diferentemente na determinação enunciativa da sentença.

Enfim, podemos dizer que os lugares sintáticos que aqui submetemos a contraste, sendo categorias que constituem a organicidade da sentença, apresentam especificidades em sua relação com os fatores enunciativos que atuam sobre a constituição da sentença. E, em um sentido mais amplo, a nossa investigação contribui para elucidar os fundamentos de uma perspectiva sintática de bases enunciativas, a qual ainda se encontra pouco difundida entre os estudos lingüísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p.141.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90.

DIAS, L. F. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola. In: OLIVEIRA, S. E. de; SANTOS, J.F. dos. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006.

_____. A omissão do pronome sujeito no português do Brasil: perspectivas de abordagem. In: *Ecos – Estudos lingüísticos e literários*. Cáceres: UNEMAT, 2004, p. 201-211.

_____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002, p.47-63.

GUIMARÃES, E. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 113-146.

KLEIBER, G. (2000). Sur le sens des proverbes. *Langages*. n 139, p. 39-58.

LACERDA, P. B. G. Um estudo enunciativo de sentenças proverbiais. In: *ANAIS do IV CLUERJ-SG*. Ano 4, n.3, 2007. Disponível em (acessado em 18 jan. 2008): <http://www.filologia.org.br/ivcluerjsg/anais/iv/completos/mesas/M%2002/Priscila%20Brasil%20Goncalves%20Lacerda.pdf>

MILNER, J-C. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 357-358, 362-365. (Tradução realizada pelo Professor Luiz Francisco Dias para fins didáticos).

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes*. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 35-38.

PERRIN, L. (2000). Remarques sur la dimension générique et sur la dimension dénomminative des proverbes. *Langages*. n. 139, p. 69-80.

SCHAPIRA, C. (2000). Proverbe, proverbialisation et déproverbialisation. *Langages*. n. 139, p. 81-97.

TRAVAGLIA, L. C. Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo – Tempo verbal e tipo de texto. *Letras & Letras*, Uberlândia, ano 9, v. 1, p. 51-57, 1993.

Resumo:

Os estudos lingüísticos acerca das sentenças proverbiais têm privilegiado a investigação de características semânticas e discursivas que definiriam a natureza proverbial dessas sentenças. Neste texto, reunindo sob o signo de “sentenças proverbiais” tanto os provérbios cristalizados pela memória de uso da língua quanto sentenças que compartilham com eles a estrutura sintática *Quem x y* ou *Aquele que x y*, procuramos reconhecer como as características semântico-enunciativas

que definem essas sentenças se imprimem em sua materialidade sintática. Focalizamos, precisamente, os lugares de sujeito gramatical e de objeto, investigando em que medida a configuração da referência no escopo de cada um desses lugares sintáticos afetaria a configuração enunciativa da sentença proverbial como um todo. Observamos então que, se a ocupação do lugar de sujeito é determinante para o estabelecimento de uma referência de natureza proverbial, a ocupação do lugar de objeto guarda um compromisso mais acentuado com a temática que está sendo submetida à genericidade. Em última instância, tendo em vista que trabalhamos com uma sintaxe de bases enunciativas, este estudo nos permitiu esboçar uma identidade enunciativa para os lugares sintáticos em questão.

Abstract:

The linguistic studies on proverbial utterances have favored the investigation of semantic and discursive characteristics that would define the proverbial nature of these utterances. In this text, putting together under the sign of “proverbial utterances” both the proverbs that were crystallized by the memory of language use and utterances that share with them the (*He/Those*) *Who x y* syntactical structure, we have sought to recognize how the semantic-enunciative characteristics that define these utterances imprint themselves onto their syntactic materiality. We have focused precisely on the positions of the grammatical subject and object, investigating to what point the configuration of reference in the scope of each of these syntactic positions would affect the enunciative configuration of the proverbial utterance as a whole. We have then observed that, if the fulfillment of the subject’s position is determinant for the establishment of a reference of proverbial nature,

the fulfillment of the object's position has an even more accentuated commitment to the theme that is being submitted to generalization. Ultimately, considering that we have worked with a syntax of enunciative bases, this study has allowed us to sketch an enunciative identity for the syntactic positions in question.

Palavras-chave: sintaxe; enunciação; sentenças proverbiais.

Keywords: syntax; enunciation; proverbial utterances.